

A participação dos estudantes nos espaços de decisão: o Grêmio Estudantil como travessia para uma outra relação dialógica

Students' participation in decision-making programs: Student Council as a step toward dialogical relationships

Recebido: 19/02/2023 | Revisado:
05/06/2023 | Aceito: 27/06/2023 |
Publicado: 22/04/2024

Vanderlei Wosniak

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4992-0783>

Instituto Federal Catarinense

E-mail: vanderleiwosniak@gmail.com

Cloves Alexandre De Castro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5383-6563>

Instituto Federal Catarinense

E-mail: cloves.castro@ifc.edu.br

Como citar: WOSNIAK, V.; CASTRO, C. A.;

A participação dos estudantes nos espaços de decisão: o Grêmio Estudantil como travessia para uma outra relação dialógica.

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 24, p. 1-14, e14896, Abr. 2024. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O presente trabalho está vinculado a uma pesquisa em desenvolvimento em um Centro de Educação Profissional e se apresenta com a perspectiva de colaborar para o debate a respeito do protagonismo estudantil. Pretende investigar a participação dos estudantes e identificar a perspectiva dos agentes e atores da escola em relação a isso. Trata-se de pesquisa qualitativa, em que as principais ferramentas metodológicas foram a aplicação de questionário e o desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas, além de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam, dentre outros aspectos, que a participação dos estudantes nos espaços intramuros da escola ainda encontra resistência, fato que reforça a necessidade desse debate, indo além dos instrumentos legais e documentos internos.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado; Democracia; Educação Profissional e Tecnológica; Formação Integral; Grêmio Estudantil.

Abstract

This paper is linked to research conducted in a Professional Education Center and is based on the perspective of supporting the debate about student leadership. It aims to investigate and identify the perspective of school agents and players concerning students' participation. It is a qualitative study in which the main methodological methods used were the application of a questionnaire and the development of interviews, as well as literature and documentary research. The results indicate, among other aspects, that students' participation within school spaces remains resistant, reinforcing the need for discussion beyond legal instruments and internal documents.

Keywords: Integrated high school; Democracy; Professional and technological education; Integral formation; Student council.

1 INTRODUÇÃO

A partir da Nova República, surge um conjunto de leis que visa a garantir a liberdade, a segurança e a dignidade da juventude. Por meio da Lei Federal nº 7.398, de 1985, fica assegurado o direito à organização de entidades autônomas representativas dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais. Posteriormente, surgem a Lei Federal nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei Federal nº 12.852, de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Soma-se a essas, no cenário local, a Lei Estadual nº 12.731, de 2003, que trata da garantia da liberdade de organização dos estudantes de ensino fundamental e médio em Santa Catarina.

A participação, mais do que respeitar uma determinação legal, segundo Paulo Freire (2006), está localizada na perspectiva de os educandos comporem os espaços de decisões e, para isso, é necessário ir além do estabelecido pelas relações tradicionais que caracterizam a cultura escolar. A categoria participação requer pensar a constituição da própria sociedade, pois o ato de participar está vinculado ao fato de se estar presente nas decisões que dizem respeito aos envolvidos, com poder de votar, de falar e de ser ouvido, levando em consideração os direitos e deveres de todos. E esse exercício da voz nos remete ao conceito de democracia, que, segundo Vitor Henrique Paro (2007), se caracteriza pela participação ativa dos cidadãos na vida pública não apenas como detentores de direitos, mas também como criadores de direitos. O autor destaca, ainda, que “[...] a democratização da escola pública deve implicar não apenas o acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta na tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses [...]” (PARO, 2003, p. 27).

Lucia Rabello de Castro (2011) afirma que a escola se desenvolveu como um mundo à parte, o que resulta, na formação desses jovens, em um distanciamento de questões mais amplas da sociedade, das questões públicas, constituindo-se como dispositivo avesso aos conflitos e às questões mais amplas de convívio. No entanto, de acordo com Reginaldo Leandro Plácido, Shyrlei Karyna Jagielski Benkendorf e Denise Matiola Todorov (2021, p. 183), “a escola é um espaço que está em diálogo com a sociedade, e como tal, não está isenta de retratar situações comuns do cotidiano, refletindo, replicando e reconstruindo comportamentos que compõem a cultura escolar”. Cultura escolar que, conforme Antonio Viñao Frago (1995, p. 68-69), inclui um conjunto de

Práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do fazer escolar –, objetos materiais – função, uso, distribuição do espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento [...] – e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas.¹

¹ Tradução livre do autor: prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos – la historia cotidiana del hacer escolar –, objetos materiales – función, uso, distribución en el espacio, materialidad física,

O presente artigo surgiu de uma pesquisa em desenvolvimento em um Centro de Educação Profissional com oferta de ensino médio integrado à educação profissional (EMIEP), na rede pública estadual de Santa Catarina. A pesquisa está vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e busca identificar e compreender a perspectiva dos agentes e atores da escola quanto às possibilidades de atuação e ao protagonismo estudantil. Busca, também, identificar e discutir a atuação dos estudantes junto aos demais colegiados da escola.

O EMIEP surge com a proposta de “[...] superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao ‘treinamento’ para a execução de determinadas tarefas” (PACHECO, 2015, p. 29). Esse dualismo é produto da sociedade de classes que emerge com o modo capitalista de produção e que atribui uma formação específica para a “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2009), a qual resta atender às demandas contemporâneas da base produtiva, enquanto a elite econômica segue sua formação de futuro dirigente. Cloves Alexandre de Castro (2019, p. 102, grifos do autor) assevera que

Enquanto a escola da classe trabalhadora tem sido o espaço das condições prévias para se adentrar ao mercado de trabalho, a escola da classe dominante tem se caracterizado como espaço de elaboração, formulação e formação das classes dirigentes mantenedoras do *status quo*.

Ao tratar do ensino médio integrado, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2012, p. 15) qualificam-no como “uma proposta de ‘travessia’ imposta pela realidade de milhares de jovens que têm direito ao ensino médio pleno e, ao mesmo tempo, necessitam se situar no sistema produtivo”.

Segundo Marise Ramos (2008, p. 2), o modelo a ser seguido é o da educação unitária, que “pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social”. De acordo com Maria Ciavatta (2014, p. 202), “busca-se contribuir para um futuro em que a superação da dualidade de classes sociais traga um padrão digno de vida e de conhecimento não apenas para as elites, mas também para os trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social, e seus filhos”.

Alessandra Nitschke, Reginaldo Leandro Plácido e Henrique Pitt (2021, p. 42) aventam que os “sentidos dos termos educação integral, educação em tempo integral e formação integrada são parecidos e, a depender do contexto em que são utilizados, podem apresentar diversos significados”. Nesse sentido, queremos esclarecer que o EMIEP se refere a uma modalidade de educação profissional, integrada ao ensino médio, em tempo integral, que busca a formação integral do estudante. Compromete-se com a formação humana e cultural para o exercício da cidadania e da democracia,

integrando-se à formação para o mundo do trabalho e está assentada na compreensão do princípio educativo do trabalho e no princípio pedagógico da pesquisa.

Este texto discute os espaços e as formas atuais de manifestação dos estudantes, com destaque para a forma colegiada por meio do Grêmio Estudantil (GE). Desta forma, este estudo reconhece o estudante como sujeito social dotado de autonomia, cuja atuação busca ser compreendida e respeitada pelos demais personagens que constituem o espaço escolar. Autonomia compreendida como “o domínio do consciente sobre o inconsciente, ou da consciência de classe sobre a alienação” (CASTRO, 2019, p. 38), o que garante sua condição de sujeito. A partir da consciência “que a escola é um local de disputa, e a classe trabalhadora tem interesse na quantidade ou na qualidade do saber que se pode veicular através dela” (FRIGOTTO, 2010, p. 183), o compromisso é com “a formação de sujeitos emancipados e autônomos e, portanto, de trabalhadores que também possam ser dirigentes” (MOURA, 2014, p. 33).

Após essa introdução, a segunda seção descreve os procedimentos metodológicos. Na sequência, apresenta-se a escola enquanto espaço democrático, assim como as possibilidades de organização coletiva dos estudantes, e aponta-se o Grêmio Estudantil como agente e lugar privilegiado para esta prática. O trabalho segue com a apresentação dos resultados e as discussões. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partimos do pressuposto de que não há como falar em educação integral sem considerar as experiências dos estudantes e o seu envolvimento no processo de construção social. Ao situarmos a escola como produto de relações sociais, a preocupação relaciona-se com a dinâmica dessas relações sociais dos estudantes junto aos demais atores.

As perguntas que motivaram a pesquisa encaminharam a investigação para o campo das possibilidades de atuação e protagonismo dos estudantes. Interessamos identificar e compreender a perspectiva dos agentes e atores da escola quanto às possibilidades de atuação e de protagonismo estudantil, assim como identificar e discutir a atuação dos estudantes junto aos demais colegiados da escola. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa, com coleta bibliográfica e documental, além da aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários.

Partimos da pesquisa bibliográfica e documental, na qual foi realizada a busca de referências sobre o estado da arte das produções que se aproximam da nossa pesquisa. Após a coleta dos textos, deu-se a análise preliminar, através da leitura dos resumos, seguida da seleção deles, de acordo com os resultados apresentados em consonância com os questionamentos da pesquisa. Como principais termos de busca, utilizamos: grêmio estudantil, protagonismo estudantil, movimento estudantil, democracia, gestão democrática, educação profissional e tecnológica, formação integral, ensino médio integrado (EMI) e outros termos e expressões correlatos. Constatamos o pequeno volume de registros referentes ao protagonismo estudantil

no cenário local, além da ausência de pesquisa sobre o protagonismo estudantil nessa importante instituição pública estadual de ensino profissionalizante.

A pesquisa documental nos revelou que o movimento estudantil local carece de uma sequência que o permita se enraizar na cidade. Além disso, ficou evidente a frequente ausência do GE na instituição. Essa realidade foi nossa bússola para as entrevistas. Optamos pelo uso da entrevista semiestruturada, pois, segundo Augusto Nivaldo Silva Triviños (1987, p. 146), “[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação”.

Com o fito de nos apropriarmos de suas percepções acerca do problema da pesquisa, no interior da instituição, foram entrevistados oito personagens da instituição, dos quais três atuam ou atuaram como docentes no ensino regular, quatro atuam ou atuaram como docentes na educação profissional e um atua como merendeira na instituição. Buscamos, ainda, compreender os motivos da falta de sequência do movimento na cidade e contribuir com a construção de um caminho pavimentado para futuros pesquisadores que queiram se debruçar sobre o tema. Para isso, ouvimos sete sujeitos que protagonizaram a prática do movimento estudantil secundarista em Blumenau em tempos pretéritos.

No texto, quando aparecerem citações dos entrevistados, adotamos a identificação alfanumérica dividida em duas partes, em que a primeira parte representa o número da entrevista, e a segunda parte representa o grupo ao qual pertence o entrevistado, se do movimento estudantil local ou da instituição de educação profissional. Dessa forma, para exemplificar, o entrevistado 2, membro da educação profissional, foi identificado como E2EP, enquanto o entrevistado 9, membro do movimento estudantil em tempos pretéritos, foi identificado como E9ME, e assim sucessivamente.

Outra técnica de investigação utilizada foi o questionário, aplicado junto aos estudantes do EMIEP, com o intuito de compreendermos as ações ou o imobilismo da representação estudantil nesse espaço escolar. Quarenta estudantes responderam ao questionário, regularmente matriculados no 2º ou no 3º ano do EMIEP.

Para o tratamento dos dados, foram empregados os conceitos abordados por Laurence Bardin (1977) sobre a análise de conteúdo. Seu uso é empregado no estudo das “motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.” (BARDIN, 1977, p. 106). Triviños (1987, p. 169-170) acrescenta que o método pode ser empregado “para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza”.

3 ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS

As leis (citadas na introdução deste trabalho) só produzem efeito social quando praticadas no cotidiano. Do contrário, a escola atua como reprodutora das desigualdades sociais, na medida em que limita a capacidade de mobilização coletiva e mantém os objetivos das classes oprimidas apenas no âmbito dos discursos. Vinculada ao projeto neoliberal, que Eliezer Pacheco (2015, p. 6) define como “[...] um

conteúdo ideológico fundado no individualismo e na competitividade que marcam a sociedade contemporânea”, enquanto “aparelho ideológico, a escola cumpre duas funções básicas: contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa” (SAVIANI, 2021, p. 21).

Neste modelo, a escola desconsidera a importância das relações sociais e materiais, em detrimento de uma prática individualista, internalizando o conceito à dimensão alienadora do trabalho voltada para o mercado de trabalho. Reproduz a “hegemonia cultural” (GRAMSCI, 2001) exercida pelas classes dominantes, em que a escola se apresenta enquanto ferramenta de dominação.

Conta com mecanismos de silenciamento que promovem a invisibilidade das práticas que não se encaixam nos cotidianos escolares institucionalizados e pouco abertos para as expressividades das culturas juvenis. Nesse contexto, o jovem é homogeneizado na condição de aluno que necessita responder positivamente aos padrões do ‘ser estudante’ que a instituição almeja. (MARTINS & CARRANO, 2011, p. 45)

Sob outra perspectiva, de caráter contra-hegemônica, “parte-se do pressuposto de que o objetivo a ser alcançado, na perspectiva de uma sociedade justa, é a formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do Estado” (MOURA, 2014, p. 15), pois parte-se da proposta de desenvolvimento integral do ser humano nos mais variados aspectos, e não somente para a possibilidade da empregabilidade.

Se a opção da escola é a formação integral do sujeito e um dos objetivos é a educação nos valores democráticos, então esse espaço precisa abraçar essa proposta de forma a acolher os atores que compõem a comunidade escolar e por meio de suas experiências cotidianas produzem a cultura escolar.

Nesse sentido, os direitos e deveres dos estudantes devem ser observados no cotidiano escolar, estimulando a prática e a autônoma organização deles. Ao tratar da participação dos estudantes, associaremos à participação organizada através do GE. Participação que, nas palavras de Freire (2006), está localizada na perspectiva de os educandos comporem os espaços de decisões e, para isso, é necessário ir além do estabelecido pelas relações tradicionais que caracterizam a cultura escolar.

Ao tratar do GE, Francisco André Silva Martins e Juarez Tarcísio Dayrell (2013, p. 1267) o reconhecem “[...] como importante espaço de socialização para os jovens alunos, com ênfase na aprendizagem da vivência coletiva, no lidar com os conflitos e no exercício de escolhas, dentre outras”. Maria Célia Borges Dalberio (2008, p. 7) também reconhece a importância do GE e afirma que ele deve ser visto como “um hábito saudável de reflexão e participação política, favorecendo o amadurecimento dos educandos perante os seus problemas e a experiência democrática, formando-se, desse modo, verdadeiros cidadãos”. Moisey Mikhaylovick Pistrak (2018, p. 53, grifos do autor) assevera que “é preciso, de uma vez por todas, firmemente estabelecer que as crianças e especialmente os jovens, não estão apenas preparando-se para a vida, *mas já vivem agora a sua grande e verdadeira vida*. Eles devem organizar esta vida”.

A participação coletiva nos espaços de debate e decisões da escola constitui-se importante meio capaz de ressignificar a escola, com possibilidades de superar a tutela do poder estatal para reivindicar, planejar, decidir, cobrar e acompanhar ações concretas em benefício da comunidade escolar.

No entanto, conforme Jorge Luis Cammarano González e Marcilene Rosa Leandro Moura (2009, p. 88),

[...] enquanto os integrantes do Grêmio Estudantil estiverem se objetivando e apropriando de práticas formativas que mantêm as relações sociais de dominação de forma naturalizada, essas atividades não promoverão a emancipação ou humanização dos indivíduos, tendendo a um intenso e profundo processo de despolitização dessa alternativa.

A superação dos desafios e preconceitos que se apresentam no dia a dia ocorre na medida em que se fortalecem as relações de colaboração entre as pessoas que constituem esse espaço. A escola está inserida em um contexto sociopolítico e, portanto, o GE também faz parte dessa conjuntura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o estudo realizado, apesar da quase a totalidade (97,5%) dos estudantes afirmar que já ouviu falar no GE, apenas 52,5% dos participantes responderam saber o que ele é. Possivelmente, a frequente ausência do GE – que só esteve presente no interior da instituição nos anos de 1987 e 1988, depois em 1993 e 1994 e, posteriormente, no período de 2015 a 2019 – contribui para esse quadro. A declaração de um dos entrevistados pertencentes ao movimento estudantil (União Blumenauense dos Estudantes – UBE) apresenta essa ausência como uma característica local, não apenas dessa instituição.

E10ME

[...] os grêmios que eu pelo menos assim, por mais do nosso esforço, em levar, em fazer essa comunicação é... nesse... muito... o que a gente observava muito, é que não tinha os trabalhos, eles tinham uma dificuldade muito grande em ter uma continuidade. E isso sempre foi uma questão que a gente observou, mesmo antes assim, da reformulação da União Blumenauense dos Estudantes.

[...]

Mas isso eu observava nas gestões anteriores também, porque a gente refunda a UBE, mas num hiato relativamente longo assim, que a entidade não estava funcionando. E anteriormente a minha gestão, foi da mesma forma praticamente. Então isso era um problema bem constante assim, de a gente não conseguir dar essa continuidade no trabalho, justamente esse problema de não ter, não conseguir implementar uma cultura de movimento estudantil, de participação.

Questionados sobre as leis que tratam do direito de organização dos estudantes, somente 10% declararam conhecer a legislação. Tal negligência submete o estudante ao papel de mero espectador ou ator, no que tange às determinantes que constituem a cultura escolar.

A instituição pesquisada afirma, em seus documentos, ter como objetivo geral proporcionar educação de qualidade, primando pela aprendizagem do estudante, bem como pela sua formação como ser integral, por meio de ações pedagógicas voltadas para a autonomia e o exercício da cidadania, tendo por princípio a gestão democrática. Segundo Antoni Zabala,

Em muitas escolas já é habitual encontrar declarações de princípios que consideram como função básica a formação de cidadãos democráticos capazes de atuar com autonomia e responsabilidade. Portanto, se trata de escolas que têm considerado como conteúdos de aprendizagem os valores e as atitudes democráticas, o espírito crítico, a responsabilidade pessoal, a aceitação das opiniões dos demais, a autonomia de pensamento e outros conteúdos de caráter atitudinal. (ZABALA, 2014, p. 153-154)

Assim sendo, os espaços de manifestação dos estudantes configuram importantes ambientes de socialização, permitem o pensamento crítico e ampliam a vivência escolar de forma significativa. Através deles, os estudantes criam vínculos e sentimentos de pertencimento que vão além da sala de aula. Ao abordar a necessidade de assegurar o debate no espaço escolar, Freire afirma que

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate. O gosto do respeito à coisa pública que entre nós vem sendo tratada como coisa privada, mas como coisa privada que despreza. (FREIRE, 2013, p. 88)

O questionário aplicado junto aos estudantes apontou que o ambiente escolar favorece o diálogo, a construção coletiva e os espaços de trabalho, porém 52,5% dos estudantes ressaltam que isso ocorre de forma esporádica.

As entrevistas nos ajudam a compreender que essa realidade faz parte de uma característica local. A ausência de um processo contínuo de organização coletiva dos estudantes se apresenta como um retrato da região. Ao analisar o movimento estudantil, foram frequentes as referências ao processo de construção e/ou reconstrução.

[...] depois a gente até... (agora eu estou falando como professor), a gente tentou montar um Grêmio algumas vezes, mas, ele se dissipou todas as vezes, não foi para frente.

E6EP

[...] tinha Grêmio Estudantil aqui no colégio, eu não me lembro a data, mas acho que só teve uma vez ou duas.

E9ME

[...] durante vários anos nós tivemos tentativas de fazer reuniões, de ter representantes de diferentes escolas de Blumenau e essas reuniões elas eram, aconteciam, ou em alguns sindicatos que nos cediam uma sala, ou então no salão "Porta Aberta". E a nossa tentativa era sempre ter uma representatividade para fazer a reativação da União Blumenauense dos Estudantes.

Levantamento realizado em fevereiro de 2022, junto às escolas de Ensino Médio da Coordenadoria Regional de Blumenau (CRE), constata que essa ausência permanece em muitas escolas. Enquanto característica local, os trechos que seguem ajudam a entender os limites:

E9ME

[...] dependia muito do perfil do diretor da escola [...] eles eram indicados e por ser indicados então, dependendo né duma posição política que existia na época, aquele diretor ele era ou mais conservador, ou mais liberal né. Então em algumas escolas a gente sim, tinha uma dificuldade de entrar, dependendo do posicionamento político do diretor.

E11ME

E eu tive bastante, como eu já relatei desde o começo, muita resistência lá no [...], principalmente até do próprio diretor.

E12ME

A gente lida muito com as direções das instituições de ensino, então aí depende muito da linha de cada instituição.

[...]

Algumas escolas, as direções não nos recebiam, não queriam que a gente passasse em sala.

[...]

Então a gente tinha muita parceria por parte de alguns professores e dos estudantes, e alguns empecilhos também por parte de algumas direções.

No entanto, a consciência da importância do envolvimento dos estudantes em pautas sociais fica evidente em outras declarações:

E9ME

[...] quanto maior a vulnerabilidade da região onde escola estava né, mais envolvimento da comunidade né. Então, o Grêmio já atuava para fora dos muros da escola e toda a pauta de movimento estudantil dessa minha época sempre teve ligada a situação social e econômica do país né, então a gente nunca teve uma pauta que fosse somente o papel do Grêmio na escola. A gente sempre se engajava em lutas de outros movimentos né, movimentos sindicais, alguma... em relação a alguma comunidade próximo de alguma escola, se envolvia com as questões nacionais também né.

E12ME

[...] o movimento estudantil, acho que a principal participação dele é de fato defender os estudantes. Mas na vida individual de cada um, é essa disputa de ideia, essa constante discussão sobre a sociedade que está inserido.

E12ME

[...] se não tem, acho que é emergente, é pra ontem a organização do Grêmio Estudantil, a reorganização da União Blumenauense dos Estudantes, para que consiga manter os estudantes organizados, como qualquer outra classe né, eles precisam ter seus espaços pra discussão.

Embora o GE seja reconhecidamente o colegiado dos estudantes, há outras formas e outros colegiados que podem propiciar a participação deles.

Ao construir coletivamente o Projeto Político-Pedagógico (PPP), a comunidade escolar tem a possibilidade de romper com o passado e projetar o futuro por meio da construção do presente. Segundo Ilma Passos Alencastro Veiga,

[...] a principal possibilidade de construção do Projeto Político-Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. (VEIGA, 2005, p. 9)

A ampla maioria (90%) assevera que os estudantes participam da construção do PPP. Questionados sobre a participação no Conselho de Classe (CC), 45% destacam que ela acontece com os estudantes de cada turma, em momento específico, denominado Pré-conselho. Segundo 22,5% dos que responderam, a participação no CC ocorre através dos representantes de turma. Chega a 7,5% os que

afirmaram que a participação se dá através do GE e, para 10%, os estudantes não participam do Conselho de Classe, enquanto 15% responderam que todos são convidados a participar.

Quando o tema é a participação no Conselho Deliberativo Escolar (CDE), o percentual dos que anunciam que não há a participação dos estudantes salta para 30%. Já para 62,5%, os estudantes são representados pelos representantes de turma, e na opinião de 7,5%, pelo grêmio estudantil. Ainda em relação ao CDE, aproximadamente, um terço afirma que os estudantes “não levantam questões” durante os encontros do CDE.

A importância de participar é exposta por Licínio Carlos Lima:

ao participarem activamente [sic] no desvelamento da sua realidade e no processo de criação do seu próprio conhecimento, os indivíduos constroem-se enquanto *sujeitos* (e “produtores”), rompem com a anterior condição de *objectos* [sic] (ou de “pacientes”), adoptam [sic] uma “postura conscientizadora” e adquirem novas capacidades de luta e de interferência nos processos de decisão, isto é, tornam-se mais livres e autônomos. (LIMA, 2002, p. 82, grifos do autor)

Considerando o objetivo deste estudo, questionamos também se os estudantes se sentem ouvidos no ambiente escolar. Para 75%, a resposta é sim, contudo 40% destes afirmam serem ouvidos de forma esporádica. Outros 22,5% disseram não se sentirem ouvidos, enquanto 2,5% preferiram não responder.

Tanto Pistrak (2018) quanto Zabala (2014) destacam a assembleia de alunos como instrumento de debates, propostas ou exposições. Para estes autores, a assembleia constitui um instrumento valioso para promover e potencializar valores e atitudes, em que os estudantes desenvolvem o senso de responsabilidade e pertencimento.

Questionados sobre a escola enquanto espaço democrático, apenas 65% dos participantes se disponibilizaram a respondê-la. Se considerarmos que quatro destes responderam “não saber”, esse índice cai para 55%. Para nós, esse dado dialoga com a história, que mostra que vivemos em um país assentado na cultura do autoritarismo, com base mais na força do que no direito. Segundo Freire (1997, p. 66), “realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas”.

A ruptura com essa realidade constitui um desafio nas instituições escolares, principalmente nas redes públicas estaduais e municipais. De acordo com Paro (2007, p. 120), “[...] se estamos preocupados em formar cidadãos participativos por meio da escola, é preciso dispor as relações sociais e as atividades que aí se dão de modo a ‘marcar’ os sujeitos que por ela passam com os sinais da convivência democrática”.

Não se trata de tarefa exclusiva de estudantes nem de professores, mas de um trabalho coletivo. A caminhada rumo a um ambiente democrático pressupõe a existência de espaços abertos ao diálogo, que valorizem a diferença e reconheçam a decisão do coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adotar uma perspectiva voltada para a formação humana e social pressupõe o envolvimento dos seus personagens numa atitude comprometida e solidária. Na educação integral, a formação dos sujeitos passa pelo respeito às posições e demandas dos estudantes, bem como pelo seu envolvimento no processo de construção do cotidiano da escola e do social.

O EMIEP apresenta como desafio proporcionar uma formação que compreenda que, mesmo diante da necessidade de se situar no sistema produtivo, esses estudantes têm direito ao Ensino Médio pleno, que inclua o trabalho como princípio educativo, a ciência e a cultura.

Portanto, é importante identificar nesse espaço o direito de propor, criar, questionar e ser enquanto sujeitos do presente, capazes de assumir o protagonismo da própria história, valorizando o trabalho (coletivo) como princípio educativo.

Apesar de reconhecer a importância da participação dos estudantes nos demais espaços de debate e decisões da escola, seja no PPP, no CDE ou no CC, entendemos que o GE permite o protagonismo estudantil na atualidade.

Ainda que, a julgar pela literatura existente, a discussão sobre a importância da participação dos estudantes, a nível local, não desperte o interesse de muitos pesquisadores, reconhecemos a importância do GE na atualidade, não enquanto objeto fossilizado (ou seja, imaginá-lo como em outros momentos), mas como ponte para uma nova realidade.

Para além das ferramentas de discurso, é necessária a participação coletiva, com direito à voz nos diversos momentos da vida escolar: nas assembleias, na reunião dos órgãos colegiados e na elaboração dos documentos que organizam a vida escolar. Sob o risco de a escola atuar limitando a capacidade de mobilização coletiva, mantendo os objetivos das classes desfavorecidas apenas no âmbito dos discursos e atuar como reprodutora das desigualdades sociais.

A escola tem a possibilidade de capacitar e encorajar seus estudantes a exercerem sua cidadania na construção de uma sociedade mais justa e solidária, rompendo com a dicotomia verticalizada professor *versus* aluno. Para tanto, os estudantes precisam identificar nesse espaço um local adequado para a prática do trabalho coletivo como princípio educativo. A experiência de construir o GE e desenvolver ações para que ele fique permanentemente em movimento é um significativo passo para essa travessia.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.

1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 19 fev. 2023.

CASTRO, Lucia Rabello de. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (Org.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

CASTRO, Cloves Alexandre de. **Cursinhos alternativos e populares: geografia das lutas**. Curitiba: Appris, 2019.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho e educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

DALBERIO, Maria Célia Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 3, n. 47, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradição**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano; MOURA, Marcilene Rosa Leandro. Protagonismo juvenil e grêmios estudantis: a produção do indivíduo resiliente. **Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 375-392, jul./dez. 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIMA, Licínio Carlos. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan.-abr. 2011.

- MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out.-dez. 2013.
- MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. v. 5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.
- NITSCHKE, Alessandra; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; PITT, Henrique. O núcleo docente básico na construção curricular do ensino médio integrado em um Instituto Federal: Avanços e Limites. **Reflexão e Ação**, v. 29, n. 3, p. 41-56, 2021.
- PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.
- PARO, Vitor Henrique. **Educação de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.
- PISTRAK, Moisey Mikhaylovick. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; BENKENDORF, Shyrlei Karyna Jagielski; TODOROV, Denise Matiola. Porosidade e permeabilidade: uma abordagem mesoanalítica em história das instituições escolares a partir da cultura escolar. **Revista Metodologias e Aprendizado**, v. 4, p. 183-196, 2021.
- RAMOS, Marise. Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. In: SEMINÁRIO SOBRE ENSINO MÉDIO, 2008, Natal. **Anais [...]** Natal: Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2008.
- SANTA CATARINA. **Lei nº 12.731, de 6 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a garantia da liberdade de organização dos estudantes de ensino fundamental e médio em nosso Estado, e adota outras providências. 2003. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/12731_2003_lei.html. Acesso em: 19 fev. 2023.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2005. p. 6-34.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set.-dez. 1995.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2014.